



HISTÓRIAS DE VIDA E NARRATIVAS NA SALA DE AULA: ENTRE A ARTE E A CIÊNCIA

Herbert de Andrade Oliveira

Secretaria de Educação do Estado da Paraíba, herbertdeandradeoliveira@gmail.com

Resumo: O ensino de história enfrenta diversas dificuldades na escola básica, e entre as principais delas podemos citar o desinteresse dos alunos pelo estudo do passado. Em grande parte, isso se deve ao fato de que a história oficial trabalha com acontecimentos e personagens distantes da realidade do aluno, por meio de textos de difícil acesso, pela sua complexidade e falta de criatividade. A construção da história social local partindo de depoimentos dos personagens populares, de forma colaborativa e com liberdade de estilo, pode auxiliar o trabalho dos professores de história.

Palavras-chave: Memórias, Histórias de vida, História local, Narrativas em sala de aula.

Introdução

Nosso trabalho caminha em duas direções: por um lado, analisamos alguns dos paradigmas que acompanham a historiografia, como a questão da verdade histórica e suas relações com a arte, e as novas perspectivas de pesquisas, especialmente no campo da história oral; por outro lado, levantamos a discussão sobre a importância da história local e do uso de narrativas em sala de aula do ensino básico.

Somos herdeiros da tradição positivista, e atribuímos maior valor para as fontes escritas do que para os relatos orais. Entretanto, o uso da memória em pesquisas historiográficas vem sendo retomado com bastante vigor na academia. É através da história oral que podemos resgatar fatos e personagens que a história oficial silencia, esquece. Usando relatos orais podemos, por exemplo, construir a história local.

Esse mesmo positivismo que influenciou e ainda influencia o trabalho de historiadores, esteve por muito tempo presente em sala de aula através dos livros didáticos. Mesmo sabendo que outras correntes historiográficas vêm modificando a forma como pesquisamos e ensinamos história, ainda sofremos com as heranças dessa escola metódica.

Como consequência, entre outras, percebemos o quase que total desinteresse dos nossos alunos pelo estudo histórico. Para eles, o passado não tem sentido pois, normalmente, trata de grandes personalidades e de fatos distantes de suas realidades. O lugar foi suprimido pelo global, a



reflexão foi deixada de lado pela simples assimilação de saberes, a arte dentro da história foi abandonada por conta de uma pretensa busca da verdade dos fatos.

Acreditamos que a história oral e a construção da história local, a partir de um trabalho colaborativo entre professores e alunos, podem reverter um pouco desse quadro. Acreditamos igualmente que uma maior liberdade no uso de gêneros textuais, tendo como base sequências narrativas, também pode dar uma contribuição significativa para a melhoria no processo de ensino-aprendizagem da disciplina de história.

1. História, uma quase verdade

Desde os primeiros anos da nossa trajetória escolar escutamos e absorvemos a ideia da oposição entre “histórias” e “estórias”. Mesmo antes da escola, aprendemos que histórias com H significam a verdade, a mais pura e fidedigna manifestação do passado no presente. Ao contrário, estórias com E seriam aqueles fatos inventados, inverídicos, fruto de mentes que criaram situações, personagens e acontecimentos que, de fato, não teriam existido no passado.

Nesse sentido história e ficção foram tidas como separadas, distanciadas. Os historiadores procuraram, a partir principalmente do advento do positivismo, empurrar a história para o campo do científico, da produção acadêmica que supostamente seria a própria verdade. Para a história, foi atribuído o caráter de verdade; foi-lhe dado o selo acadêmico de “ciência”. A ficção, ao contrário, foi relegada ao plano do mito, da invencionice literária.

[...] historiadores, filósofos e teóricos da literatura sempre distinguiram rigidamente fato e ficção, mito e história, sempre insistiram na diferença e oposição entre real e imaginário. Mas, ao fazerem esta distinção, ignoraram o fato mais evidente em historiografia: nenhum historiador oferece ao seu leitor/ouvinte o passado enquanto tal, mas uma narrativa, um livro, um texto, uma conferência, “um artefato verbal não sujeito a controle experimental e observacional” [...] aproximação entre história e literatura assusta os historiadores como se fosse uma ‘relação incestuosa’, mas, para White, ela se dá permanentemente: história e mito se fundem, fato e fantasia se misturam (REIS, 2011, p. 11-12).

Essa polarização entre mito *versus* história, realidade *versus* ficção, como vimos, além de ser bem antiga, encontra defensores em várias áreas do saber. Entretanto, o que de fato existe são entrecruzamentos entre narrativas históricas e ficcionais.



Quando afirmamos que existem similaridades entre essas duas tipologias textuais, não queremos dizer que não existam igualmente particularidades inerentes a cada uma. Uma serve-se da outra, uma abraça a outra, mas permanecem distintas. Assumimos que história e ficção não são totalmente opostas mas, mesmo assim, continuam contendo distinções. Quais seriam os pontos de separação?

Em nosso entendimento “O historiador cria um terceiro tempo, o ‘tempo histórico’, que faz a mediação entre o tempo cósmico e o tempo da experiência vivida, passando a possuir características de um e de outro” (REIS, 2011, p. 20). Ele insere sua narrativa dentro de um tempo calendário procurando, com isso, dar certa objetividade ao seu trabalho.

Além do calendário, o historiador trabalha com vestígios do passado, com documentos exteriores ao pesquisador e verificáveis por este. Essas marcas deixadas pelos homens ao longo do seu tempo de vida são selecionadas e analisadas e, nessa operação, o historiador acredita ter uma dívida com os mortos, ele quer fazer quase como uma justiça ao passado. A pretensa objetividade científica no trabalho historiográfico surge daí.

Mas, na prática, o que a escrita historiográfica faz é uma representação narrativa, pois ela não reproduz o real, apenas o recria.

A história é uma representação narrativa de representações-fontes. Os próprios documentos históricos já são representações, interpretações e não são o passado em si. A narrativa histórica é uma “construção imaginativa” do passado em si. A narrativa histórica jamais narra o que aconteceu, por mais que recorra a técnicas de controle das suas fontes. Não há rigor científico em história que possa garantir a objetividade (REIS, 2011, p. 13).

Por isso dizemos que a história é uma quase verdade. É uma representação do passado no presente. Quando escrevemos, nós, os historiadores, não devemos dizer “que foi assim”, mas falar “como se fosse assim”. Fazemos um processo de ficcionalização do real, pois o passado, por não poder ser observado *in loco*, só pode ser trabalhado com o auxílio da imaginação. Como diz REIS (2011), nossa representação da história é uma “ilusão controlada”. O conhecimento histórico é, ao mesmo tempo, realista e literário.



2. História, uma arte científica

A ciência moderna, do tipo positivista, foi desenvolvida e consolidou-se nos países em expansão capitalista, especialmente durante o século XIX. Nesse século, as ciências foram se constituindo a partir da defesa de um conhecimento neutro e objetivo. A matemática passou a ser o critério da verdade e todos os outros campos de saberes tiveram que se adaptar ao padrão cartesiano. Até mesmo os saberes que milenarmente trabalhavam com a reflexão filosófica ou histórica, tiveram que se adaptar aos novos tempos. Novos campos de saberes, como a sociologia, importaram termos, objetos, objetivos e métodos das ciências exatas e biológicas.

Nesse processo, a história positivista não só se firmou como também criou concepções sobre o estudo do passado que impregna a escrita historiográfica até os dias de hoje. É o paradigma da história-verdade que ilumina e ao mesmo tempo obscurece nossas reflexões.

Nessa busca por uma verdade objetiva, a nova ciência histórica acabou se distanciando de outros saberes, acabou se distanciando de sua origem filosófica, literária e artística. Os historiadores, acreditando adentrar no paraíso dos templos da ciência (ontem e hoje materializados na academia), se acharam perdidos no limbo da busca de uma verdade utópica que nunca será, em sua totalidade, alcançada. Parafraseando o renomado historiador BLOCH (2001), acreditar que o passado possa ser objeto de uma ciência positiva é um absurdo. Ele se perguntou se a história seria

[...] uma “ciência”? ou uma “arte”? Sobre isso nossos bisavós, por volta de 1800, gostavam de dissertar gravemente. Mais tarde, por volta dos anos 1890, banhados em uma atmosfera de positivismo um pouco rudimentar, pôde-se ver especialistas do método indignarem-se com que, nos trabalhos históricos, o público desse importância, para eles excessiva, ao que eles chamavam de “forma”. (Arte contra ciência, forma contra fundo): tantas polêmicas boas [...] Mas cada ciência tem sua estética de linguagem, que lhe é própria. Os fatos humanos são, por essência, fenômenos muito delicados, entre os quais muitos escapam à medida matemática. Para bem traduzi-los, portanto para bem penetrá-los (pois será que se compreende alguma vez perfeitamente o que não se sabe dizer?), uma grande finesse de linguagem, (uma cor correta no tom verbal) são necessárias. Onde calcular é impossível, impõe-se sugerir. Entre a expressão das realidades do mundo físico e das realidades do espírito humano, o contraste é, em suma, o mesmo que entre a tarefa do operário fresador e a do luthier: ambos trabalham no milímetro; mas o fresador usa instrumentos mecânicos de precisão; o luthier guia-se, antes de tudo, pela sensibilidade do ouvido e dos dedos. Não seria bom nem que o fresador se contentasse com o empirismo do luthier, nem que este pretendesse imitar o fresador [...] (BLOCH, 2001, p. 54-55).



Essa discussão sobre história enquanto arte ou ciência é bastante antiga. Mas a vitória da história científica foi resultante de relações de poder que penderam para o lado do capital: numa *belle époque* (finais do séc. XIX e início do XX), durante a qual se desenvolviam novas tecnologias e se realizavam descobertas científicas importantes em variados campos do saber, na qual o capital se acumulava de forma nunca antes vista, a arte foi cada vez mais tomando contornos geométricos e a história, se distanciando da arte, foi tomando contornos positivistas. A história, nesse período, passou a ser uma simples sucessão de datas, personagens e fatos; o que até hoje influencia, por exemplo, a visão dos nossos professores e alunos quando dizem que história é uma “matéria decorativa”.

Hoje, sem deixar de lado a “utopia da verdade científica”, que pode servir como uma “luz no fim do túnel” para o historiador, podemos também nos reaproximarmos da arte, da literatura, da filosofia, qualificando nossos escritos sobre os tempos pretéritos. Podemos mesclar a história científica, utilitária, com a história-arte que desperta paixões e reflexões. Como diria o filósofo ALVES (2008, p. 22): “A ciência, coitadinha, tão certinha, tão cheia de pesquisa e de verdades, sabe como levar o homem à lua, mas não sabe como fazer o homem amar.”

3. Memórias esquecidas, sujeitos silenciados: histórias de vida e a consciência de si

História e filosofia são, essencialmente, inseparáveis. A história se apequena ao fazer simples relações de fatos e datas, destacando personalidades conhecidas, trabalhando com documentos oficiais escritos. A história, acima de tudo, é uma reflexão, mas uma reflexão sobre o presente que busca respostas no passado.

Tratando da memória², esse elemento psicossocial que nos proporciona, desde tenra idade, a percepção da passagem do tempo natural e do tempo vivido, é importante começarmos com uma reflexão filosófica:

Os antigos gregos consideravam a memória uma identidade sobrenatural ou divina: era a deusa Mnemosyne, mãe das Musas, que protegem as Artes e a História. A deusa Memória dava aos poetas e adivinhos o poder de voltar ao passado e de lembrá-lo para a coletividade. Tinha o poder de conferir imortalidade aos mortais, pois quando o artista ou o historiador registram em suas obras a fisionomia, os gestos, os atos, os feitos e as palavras de um humano, este nunca será esquecido e, por isso, tornando-se memorável, não morrerá jamais (CHAUI, 1997, p. 126).



Mnemosyne, a recordadora, garantia aos humanos, pelas artes e pela história, o conhecimento de *Cronos*, o tempo. Com a memória, era possível garantir relação entre o corpo presente e o corpo passado.

Largamente usada pelos primeiros historiadores gregos como fonte de informações para a construção de narrativas, a memória foi por séculos uma matéria prima da escrita. Entretanto, na cultura ocidental, especialmente com o advento da ciência moderna, os historiadores preferiram substituí-la pelos documentos escritos. Pautados por uma pretensa busca da verdade, acreditaram (com destaque para o séc. XIX, como já vimos) que a verdade só poderia ser alcançada nos papéis oficiais, oriundos do poder público. Mais do que um compromisso com a verdade propriamente dita, essa mudança de paradigma ocorreu porque o Estado capitalista moderno se consolidava, e os historiadores passaram a acreditar que a verdade só poderia existir dentro das estruturas oficiais e se evidenciar por meio de papéis timbrados e assinados pelos detentores do poder.

Mas mesmo as fontes históricas oficiais são representações que, por sua vez, são analisadas por pessoas sujeitas aos mais variados fatores subjetivos. Esses indivíduos subjetivos, ao escreverem, elaboram uma nova representação do passado. Nesse sentido, a objetividade científica é apenas um norte no trabalho do historiador; nunca deverá ser uma ilusão completa.

Tratando dos seus estudos sobre velhos e oralidade, a historiadora BOSI diz:

Não dispomos de nenhum documento de confronto dos fatos relatados que pudesse servir de modelo, a partir do qual se analisassem distorções e lacunas. Os livros de história que registram esses fatos são também um ponto de vista, uma versão do acontecido, não raro desmentidos por outros livros com outros pontos de vista. A veracidade do narrador não nos preocupou: com certeza seus erros e lapsos são menos graves em suas consequências que as omissões da história oficial. Nosso interesse está no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida (BOSI, 1994, p. 37).

É importante salientar que o autor do presente artigo, bem como todos os historiadores e demais pesquisadores que trabalham com história oral, não procuram “escrever qualquer coisa”, “inventar informações”. Toda e qualquer narrativa histórica procura dados exteriores que a sustente. A questão central é o fato de que o trabalho historiográfico, e também de outras ciências humanas, é um trabalho essencialmente subjetivo, mesmo pautado em teorias e metodologias. Como afirma BOSI (1994), da mesma forma que os relatos orais contêm incompletudes, lapsos, “erros”, os livros



de história e as fontes históricas em geral são apenas pontos de vista, representações sobre determinados acontecimentos e/ou processos. Como representações, tanto livros como os relatos que cruzaram a barreira da fala para a escrita estão permanentemente sujeitos a novas interpretações, a novas (re)representações.

Aqui chegamos ao gênero “histórias de vida” e ao trabalho historiográfico das últimas décadas:

[...] vivemos um verdadeiro “frenesi da memória”, irrompendo-se nos campos da historiografia, da antropologia, das ciências sociais como um todo, uma revalorização das fontes orais como instrumento e caminho eficaz da revisitação, reatualização das lembranças e do passado vivido e meio de produção de saberes históricos. A crença do direito/dever da memória como caminho de reconhecimento social tem sido enfatizada por movimentos sociais e atitudes de determinados grupos sociais marginalizados e silenciados sócio e historicamente [...] (CAVALCANTI, 2011, p. 133).

Consideramos extremamente positivo esse retorno aos tempos em que a história se relacionava com a memória de forma mais intensa. Através da memória é possível resgatar histórias sociais que normalmente passariam despercebidas pelos pesquisadores: histórias de grupos marginalizados, esquecidos pelos documentos oficiais. Artistas, operários, raizeiros, camponeses, parteiras, entregadores, desocupados, uma gama de personagens esquecidos pela escrita, mas que, enquanto sujeitos da história, fazem parte ativa da sociedade. Sujeitos silenciados que, quando muito, estão presentes nos documentos escritos em processos judiciais ou em páginas policiais de jornais.

Mesmo sendo possível compreender suas vidas por meio das poucas fontes escritas que citam esses grupos, dependendo da sensibilidade intelectual e artística do pesquisador, não escrevemos suas experiências partindo da visão do próprio sujeito. Assim, a história oral é ainda mais rica, pois não somente traz para a superfície setores sociais silenciados, mas o faz a partir dos seus próprios pontos de vista.

Entretanto, é necessário ter muito cuidado com essa operação historiográfica (entrevistas orais, transcrição, análise de informações, escrita). Não podemos aprisionar a memória por meio da história, ou seja, não podemos empobrecer a polissemia das lembranças. Normalmente quando os historiadores partem para a história oral, o fazem com a mesma mentalidade que o historiador cartesiano: recortam, colam, mutilam os relatos de acordo com seus interesses narrativos. Nesse



trabalho de bricolagem, ao selecionarem trechos dos relatos e associá-los a teorias e compará-los com outras fontes, acreditam que fazem ciência e, por conseguinte, consideram que escrevem a verdade dos fatos. Perdem a beleza da narrativa, ao mesmo tempo em que continuam subjetivos em seus escritos.

Os relatos de experiências passadas, bem como as escritas autobiográficas, denotam uma operação catártica, instaurando, quase sempre, uma atmosfera de dores, nostalgia, melancolia. Movidos muitas vezes pela saudade, velhice, temor a morte e a sensação de ruptura irreversível do passado com o presente e a perda de si mesmo, essas narrativas, orais ou escritas, buscam uma nova estética de existência, como caminho para inventar sentidos e de se inventar a si mesmos (CAVALCANTI, 2011, p. 139).

Ouvir, gravar, transcrever, escrever histórias com base nos relatos orais é, acima de tudo, um trabalho ético, um trabalho de confiança e companheirismo entre o pesquisador e o narrador. Nesse processo ocorre a formação de vínculos de amizade e confiança. A pesquisa, além de ter compromissos éticos, é também um compromisso afetivo. O sujeito vivo é objeto da pesquisa e ao mesmo tempo fonte de informações, e esse fato confere características mais do que especiais ao trabalho em história oral. Em certo sentido, podemos dizer que o processo de escrita da história de vida (entendida como um gênero textual) é um trabalho colaborativo entre o narrador e o historiador.

Como podemos apresentar os resultados da pesquisa de uma forma que nem sequer o memorialista poderá entender? Qual o compromisso ético que temos se, buscando nos enquadrar em normas científicas estáticas, esquecemos que nosso trabalho é, antes de tudo, uma dinâmica arte formadora de consciência?

Não é a narrativa oral que tem que se adaptar a gêneros de escrita previamente determinados (como a dissertação, por exemplo), ao contrário, o que será contado é que deve determinar a forma e estilo da escrita. As histórias de vida estão entre os gêneros mais éticos para apresentar as narrativas que descobrimos por meio da oralidade: “[...] narrativa não é um texto fechado em si mesmo. A narração seria uma abordagem ‘indireta’ da experiência vivida.” (REIS, 2011, p. 19).

A dissertação, tão subjetivo como outros gêneros, pode mutilar a história.



4. História local e as narrativas em sala de aula

Assim como na ciência, na qual formas de escrita previamente determinadas e homogêneas influenciam totalmente a escrita histórica, na escola, métodos de ensino pré-estabelecidos influenciam a aprendizagem de história e outras disciplinas.

Na escola, o que vemos hoje é que o ensino determina a aprendizagem; certo seria que a aprendizagem determinasse o ensino. Ou seja, partimos de metodologias previamente estabelecidas, conteúdos escolhidos a partir de realidades distantes da escola, e queremos que os estudantes se sintam interessados e aprendam o que os professores (acham que) ensinam. Mesmo quando ocorre um planejamento no início do ano letivo, e mesmo quando os professores fazem sondagens quando assumem as turmas (o que raramente ocorre), ainda assim o processo de ensino está, em sua quase totalidade, pré-definido: os livros didáticos já estão escolhidos, o plano de curso já está pronto, os assuntos e os métodos já foram definidos. Esse fato, além de empobrecer o ensino, dificulta sobremaneira a aprendizagem.

[...] a nova identidade do professor é a identidade do capaz, do exercício de uma capatazia, do controle do processo de aprendizagem da criança. Se há um deslocamento, digamos assim, na relação triádica professor, aluno e conhecimento, este deslocamento se dá no tipo de atuação do professor, pois a relação do aluno com o conhecimento não é mais mediada pela transmissão do professor, mas sim pelo material didático posto na mão do aprendiz, cabendo ao professor o controle do tempo, da postura e dos comportamentos dos alunos [...] (GERALDI, 2010, p. 86-87).

A aula, como diria o autor supracitado, é um acontecimento. Cada aula é um momento ímpar. Nosso esforço, enquanto professores, deveria ser no sentido de auxiliar os alunos a aprenderem como aprender, e não de repassar uma grade curricular. Normalmente, a obrigação de conhecer o que já é conhecido, o que foi produzido longe da sala de aula, mina a alegria de estudar.

Evidente que os conhecimentos previamente desenvolvidos pela humanidade, nossa herança cultural, são importantes elementos de discussão e, claro, devem fazer parte do ambiente escolar. Entretanto, a figura do professor-capataz que apenas cobra dos alunos a aprendizagem desses conhecimentos (achando que assim ensina), deveria ser deslocada para a figura do professor-pesquisador que cria novos conhecimentos. Da mesma forma, a figura do aluno-receptáculo deveria ser questionada, e no seu lugar assumir um ser mais autônomo, o aluno-autor.



A superação desses desafios não é tarefa fácil, mas requer empenho e criatividade dos professores e estudiosos da educação. Acreditamos que a inserção do “recorte local” em sala de aula pode ajudar nesse processo de ressignificação do ensino-aprendizagem.

A história local pode despertar intenso interesse pelos estudos. Entendemos o lugar como o espaço onde se desenvolve a existência, onde os homens e mulheres vivem cotidianamente, espaço conhecido por todos os seus habitantes. Partindo desse lugar, é possível problematizar questões relativas ao global. Nesse diálogo entre local e global os alunos podem, por exemplo, tanto absorverem e repensarem conhecimentos presentes nos livros didáticos como produzirem novos saberes.

[...] talvez valha a pena olharmos a dicotomia oralidade e escrita no interior de nossas próprias culturas para apreendermos, com as diferenças locais, estratégias de sobrevivência linguística na avalanche de um mundo que se pretende não só economicamente globalizado, mas também culturalmente uniformizado. Em outras palavras, se as forças econômicas contemporâneas parecem apontar para o mercado único e a cultura se deixa embalar pelo universal em detrimento do local, é a defesa do local, do diferente, que é preciso exaltar (GERALDI, 2010, p. 127-128).

Essa pluralidade dos modos de ver e mostrar o mundo deve ser estimulada em sala de aula. Além dos saberes globalizantes oriundos da ciência acadêmica, a escola tem que se abrir aos conhecimentos populares, às histórias de vida daqueles que vivem e viveram no entorno do ambiente escolar.

Devemos estimular todas as potencialidades do aluno-autor, e a melhor forma para isso é ele escrever sobre algo próximo, sobre seu bairro, sua cidade. Para isso terá que ter liberdade de estilo que pressupõe liberdade de gênero textual. A sequência narrativa, inserida em gêneros textuais fluídos e dinâmicos (como, por exemplo, as histórias de vida), pode ajudar nesse despertar da criatividade artística e científica.

Considerações finais

O uso das narrativas representa mais uma possibilidade para a historiografia. Certamente o tipo dissertativo não perderá seu espaço, mas certos temas, como as histórias de vida, requerem uma estética própria. As narrativas, devido a suas características, parecem mais adequadas. Permitem, ao mesmo tempo, liberar uma maior criatividade mantendo a cientificidade.



Falando da escola, percebemos que o texto científico foi suplantando cada vez mais o texto literário. Alguns estudiosos, como GERALDI (2010), apontam que essa é uma das causas da dificuldade em trabalhar com textos durante as aulas de diferentes matérias, entre elas, o ensino de língua materna e os estudos históricos. Nesse caso, o uso de narrativas pode auxiliar o desenvolvimento da figura do aluno-autor.

A discussão que travamos aqui não se trata de um gênero *versus* outro, mas sim de uma complementaridade; cada situação, cada temática, irá requerer gêneros e estilos diferentes. Tanto a escola como a ciência, e principalmente essa, não deixará de usar a dissertação, mas poderão se abrir para outros gêneros textuais.

Compor a história local partindo de histórias de vida requer tanto o cuidado com os paradigmas científicos quanto a liberdade de escrita. Na sala de aula, essa união entre ciência e arte dentro da história pode ser ainda mais saudável.

Referências

ALVES, Rubem. **Entre a ciência e a sapiência: o dilema da educação**. 19.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças dos velhos**. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CAVALCANTI, Silêde Leila Oliveira. Autobiografias em questão: epistemologia, estética existencial e narrativas de si. In: APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. SOUZA, Antonio Clarindo B. (Org.) **Diálogos interdisciplinares entre fontes documentais e pesquisa histórica**. Campina Grande, PB: EDUEPB, 2011, p. 133-144.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 1997.

GERALDI, João Wanderley. **A aula como acontecimento**. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2010.

REIS, José Carlos. O entrecruzamento entre narrativa histórica e narrativa de ficção. In: APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. SOUZA, Antonio Clarindo B. (Org.) **Diálogos interdisciplinares entre fontes documentais e pesquisa histórica**. Campina Grande, PB: EDUEPB, 2011, p. 11-42.